



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 6ª SL

Av. Comissão do Vale do São Francisco, s/n - Bairro Piranga –
CEP 48.901-900, Município de Juazeiro – BA,
Telefone: (74) 3614-6231 e-mail: 6sl@codevasf.gov.br

EDITAL n.º 09/2022

LICITAÇÃO CODEVASF
FORMA PRESENCIAL
LEI Nº 13.303/2016
MAIOR OFERTA

LICITAÇÃO PARA VENDA DE 06 (SEIS) UNIDADES PARCELARES AGRÍCOLAS EMPRESARIAIS E 03 (TRÊS) UNIDADES PARCELARES AGRÍCOLAS FAMILIARES PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE AGRICULTURA IRRIGADA, LOCALIZADAS NOS PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO SALITRE (ETAPA I) E MANIÇOBA, RESPECTIVAMENTE, SITUADOS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

LEI Nº 13.303/2016 – PRESENCIAL

MAIOR OFERTA

EDITAL n.º 09/2022

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **LICITAÇÃO CODEVASF**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR OFERTA**, modo de disputa fechado, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Licitação com o objetivo de vender 06 (seis) unidades parcelares agrícolas empresariais e 03 (três) unidades parcelares agrícolas familiares para implantação de empreendimentos de agricultura irrigada, localizadas nos Projetos Públicos de Irrigação Salitre (Etapa I) e Maniçoba, respectivamente, situados no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar da presente licitação pessoas físicas e jurídicas, que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Av. Comissão do Vale do São Francisco, s/n - Bairro Piranga – CEP 48.901-900, Município de Juazeiro – BA, **às 09:00 (nove horas) do dia 06 (seis) de outubro de 2022.**

OBSERVAÇÃO: O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br. Na impossibilidade de download pelo site aqui indicado, o Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Regional de Licitações, no endereço acima mencionado, telefone: (74) 3614-6231 e poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de um CD-ROM ou PEN DRIVE para gravação, no horário de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira, a partir da data de publicação.

As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis no sítio da **CODEVASF** – www.codevasf.gov.br, para consulta dos interessados.

Juazeiro - BA, 19 de agosto de 2022.

MILED CUSSA FILHO
Superintendente Regional
CODEVASF – 6ª SR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. OBJETO | 4 |
| 2. DESCRIÇÃO GERAL | 5 |
| 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO | 5 |
| 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .. | 5 |
| 5. ABERTURA DOS INVÓLUCROS | 12 |
| 6. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO | 12 |
| 7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS..... | 13 |
| 8. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO..... | 14 |
| 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO | 14 |
| 10. ADIANTAMENTO | 15 |
| 11. ADJUDICAÇÃO..... | 15 |
| 12. DESISTÊNCIA | 15 |
| 13. CONDIÇÃO GERAIS..... | 16 |

ANEXOS

| | |
|------------------|---|
| ANEXO I | TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS |
| ANEXO II | TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF |
| ANEXO III | CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

C O D E V A S F
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – LEI 13.303/2016 - PRESENCIAL
MODO DE DISPUTA FECHADO - MAIOR OFERTA

EDITAL n.º 09/2022

PROCESSO Nº: 59500.000508/2020-71

1. OBJETO

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf, através de sua 6ª Superintendência Regional, torna público que realizará **licitação com o objetivo de vender 06 (seis) unidades parcelares agrícolas empresariais e 03 (três) unidades parcelares agrícolas familiares para implantação de empreendimentos de agricultura irrigada, localizadas nos Projetos Públicos de Irrigação Salitre (Etapa I) e Maniçoba, respectivamente, situados no município de Juazeiro, Estado da Bahia, cujas “Proposta Financeira” e “Documentação de Habilitação” serão recebidas às 09:00 (nove horas) do dia 06 (seis) de outubro de 2022**, no auditório da sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Av. Comissão do Vale do São Francisco, s/n - Bairro Piranga – CEP 48.901-900, Juazeiro – BA

- 1.1. O presente procedimento licitatório, do tipo **“Maior Oferta”**, reger-se-á pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, pela Lei n.º 13.303/2016, que institui normas para licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União, e Lei 12.787, de 11/01/2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, Portaria nº 576/2011/MI, Resolução nº 972 de 29/12/2021 CODEVASF, e Norma de Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação – NOR 501 da CODEVASF.
- 1.2. **FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e FASE RECURSAL:**
- 1.3. **Forma de realização: licitação Codevasf PRESENCIAL.**
- 1.3.1. **Modo de disputa: FECHADO**
- 1.3.2. **Divulgação do valor estimado: PÚBLICO.**
- 1.3.3. **Critério de julgamento: MAIOR OFERTA** (nos termos do art. 54, Inciso VI da Lei 13.303/16).
- 1.3.4. **Fase recursal:** única, após a habilitação do licitante, obedecendo a ordem de classificação das Propostas Financeiras, nos termos do art. 51, incisos VI a VIII da Lei 13.303/2016.
- 1.4. Tem-se as seguintes etapas e prazos do processo de transferência da gestão que culminam na emancipação de um Projeto Público de Irrigação:
- 1.4.1. **Operação Inicial:** caracteriza-se com o início da ocupação, da exploração agrícola das unidades parcelares, do processo de mobilização para a formação da organização de

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

irrigantes; é executada pela entidade pública responsável pelo Projeto (CODEVASF); prazo nunca superior a 2 (dois) anos;

- 1.4.2. **Cogestão:** caracteriza-se pela assunção dos serviços de irrigação pela organização de irrigantes (Distrito de Irrigação) que assumirá as atividades, por delegação da entidade pública responsável pelo Projeto Público de Irrigação (CODEVASF); por meio de um processo de gestão compartilhada; com prazo de até 4 (quatro) anos;
- 1.4.3. **Autogestão:** fase posterior da cogestão em que a organização de irrigantes atinge sua sustentabilidade financeira na execução dos serviços de irrigação, com prazo de até 4 (quatro) anos; e,
- 1.4.4. **Emancipação:** caracteriza-se pelo processo que visa à transferência definitiva da propriedade das infraestruturas de uso comum e de apoio à produção, em conformidade com o Plano de Emancipação previsto para o Projeto Público de Irrigação, onde serão estabelecidas todas as atividades que deverão ser assumidas pela organização de irrigantes; com prazo de até 4 (quatro) anos.

1.5. **LOCALIZAÇÃO**

- 1.5.1. Conforme descrito no **item 3** do Termo de Referência, **Anexo I** do presente Edital, Os Projetos Públicos de Irrigação (PPI) Salitre e Maniçoba estão localizados no município de Juazeiro, Estado da Bahia, que dista aproximadamente 507 km da cidade de Salvador/BA, cujo acesso é feito por via terrestre utilizando as rodovias BR-235 e BR-407.

2. **DESCRIÇÃO GERAL**

- 2.1. As unidades parcelares agrícolas a serem alienadas perfazem um total de 513,7300 hectares, sendo 237,0839 hectares irrigáveis e 276,6462 hectares não irrigáveis (área de sequeiro e área de reserva legal), encontram-se relacionadas no **Anexo II**, e descritas no **item 4** do Termo de Referência, do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, e estão assim distribuídas:
- 2.1.1. **PPI Salitre:** 6 unidades parcelares agrícolas empresariais, no total de 485,9204 hectares sendo 211,5680 hectares irrigáveis e 274,3524 hectares não irrigáveis (sendo 193,3657 hectares de sequeiro e 80,9867 hectares de reserva legal). As áreas de reserva legal do PPI Salitre estão delimitadas em uma área coletiva fora das unidades parcelares.
- 2.1.2. **PPI Maniçoba:** 3 unidades parcelares agrícolas familiares, no total de 27,8096 hectares, sendo 25,5159 hectares irrigáveis e 2,2937 hectares não irrigáveis. As áreas de Reserva Legal do PPI Maniçoba correspondem às suas áreas não irrigáveis, e estão inseridas dentro da unidade parcelar e deverão ser preservadas pelo comprador.
- 2.2. O valor global mínimo orçado para esta licitação é de **R\$ 8.797.542,75 (oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos)**.
- 2.3. Os preços mínimos estabelecidos por hectare no presente certame licitatório, foram aprovados pela Resolução nº 972, de 29/12/2021, da Diretoria Executiva da Codevasf e são os seguintes:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

2.3.1. PPI SALITRE:

- a) Área Irrigável: R\$ 34.075,39 (trinta e quatro mil, setenta e cinco reais e trinta e nove centavos);
- b) Área Não Irrigável: R\$ 2.948,38 (dois mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos).

2.3.2. PPI MANIÇOBA:

- a) Área Irrigável: R\$ 30.250,26 (trinta mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos);
- b) Área Não Irrigável: R\$ 3.279,81 (três mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos).

2.4. Os preços mínimos estabelecidos no **subitem 2.3** acima, não inclui os valores atribuídos ao uso ou a amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum (parcela K1 da Tarifa d'água), a qual será paga à CODEVASF, por meio de faturas mensais, com vencimentos e demais condições a serem posteriormente determinadas pela CODEVASF.

2.5. As unidades parcelares a serem adjudicadas receberão água ao nível do terreno, e ponto de energia, ficando a cargo do comprador contatar a Concessionária de energia elétrica para fazer a ligação para a unidade parcelar, bem como a supressão/limpeza da unidade parcelar, a pressurização e a implantação da infraestrutura de irrigação parcelar e demais investimentos na parcela, e o cumprimento das condições referentes às licenças, outorga e outros de natureza ambiental, sem prejuízo da fiel observância da legislação ambiental vigente.

2.5.1. A vazão não pressurizada disponibilizada no PPI Salitre é de 1,1 l/s/ha, conforme área útil irrigável autorizada, no período de 21:00 até 17:00 horas (horário reduzido) do dia posterior, seis dias por semana, excluindo-se os domingos.

2.5.2. A vazão não pressurizada das unidades do PPI Maniçoba é de 30l/s, duas vezes por semana, por oito horas por dia.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação pessoas físicas e jurídicas, que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos, observando ainda, o **item 5 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital**.

3.1.1. Conforme descrito no **Anexo I – “Justificativas”**, do Termo de Referência, **Anexo I** deste Instrumento licitatório, não será permitida a participação de empresas consorciadas.

3.2. Dos Impedimentos:

3.2.1. Conforme situações discriminadas no **item 6** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

3.3. Da Visita ao imóvel:

3.3.1. A visita aos Projetos Públicos de Irrigação Salitre e Maniçoba e a (s) unidade (s) parcelar (es) desejada (s) **será obrigatória**, pelo licitante ou seu representante legal para

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

conhecimento do estudo do solo, do sistema de condução e medição d'água, da topografia do terreno, das vazões disponíveis, para evitar reclamações futuras, uma vez que quaisquer dificuldades existentes na (s) área (s) pretendida (s), com relação à implantação do projeto e à exploração, serão de sua inteira responsabilidade e risco. Deverão ser observadas as condições constantes do **item 7** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Os proponentes deverão fazer entrega no dia, horário e local mencionados no **item 1 deste Edital**, de 02 (dois) invólucros, **fechados e numerados**, contendo:

• **Invólucro n.º 01 – “Proposta Financeira”**

• **Invólucro n.º 02 – “Documentação de Habilitação”**

4.1.1. Na parte externa dos respectivos invólucros deverão constar as inscrições constantes do **subitem 10.1.1.** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

4.1.2. A Proposta Financeira e Documentação de Habilitação serão entregues pessoalmente no dia e hora estabelecidos para realização da sessão pública ou encaminhadas por via postal no endereço indicado no **item 1** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital e serão recebidas pela CODEVASF por meio da 6ª SL, e encaminhadas à Comissão Técnica de Julgamento, designada para este fim. Não serão admitidas a apresentação via correio eletrônico (e-mail).

4.1.3. Na hipótese de o proponente optar por entregar sua “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**” antes do dia e hora estabelecidos para a sessão pública a que se refere o **item 1 deste Edital**, deverá fazê-lo até 24 (vinte e quatro) horas antes de sua realização, diretamente na Secretaria Regional de Licitações – 6ª SL da CODEVASF, no endereço indicado no **item 1**, sob pena de ser considerada como não recebida caso seja entregue em local diverso do então estabelecido.

4.1.4. É de inteira responsabilidade do proponente a entrega tempestiva da “**Proposta Financeira**” e “**Documentação de Habilitação**” enviadas por via postal, de forma que, caso venham a ser entregues após o horário estabelecido no **item 1**, serão consideradas como não recebidas.

4.1.5. As propostas, toda a correspondência e documentos trocados entre o proponente e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.

4.1.6. Todos os documentos deverão ser apresentados na ordem indicada no Edital, numerados sequencialmente e rubricados pelo proponente, seu representante legal ou procurador, sem rasuras, emendas ou repetições.

4.1.7. Os documentos serão apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 6ª SL, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

4.1.8. A “**Proposta Financeira** e a **Documentação de Habilitação**”, no que couber, em se tratando de pessoa jurídica, deverão estar impressas em papel timbrado, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, numeradas e

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo proponente, seu representante legal ou procurador.

- 4.1.9. Cada proponente só poderá ser representado por um único procurador, sendo vedado o credenciamento de uma mesma pessoa como representante de 02 (dois) ou mais proponentes. Caso ocorra, implicará em desclassificação sumária.
- 4.1.10. O representante do proponente deverá apresentar à Comissão Técnica de Julgamento documento de identificação civil e a respectiva procuração, ou cópia do contrato social quando se tratar de diretor ou sócio da empresa com poderes para responder pelos direitos e obrigações da mesma.
- 4.1.11. Toda a documentação e propostas das proponentes constituirão peças do processo administrativo de que trata a presente Licitação.

4.2. PROPOSTA FINANCEIRA – INVÓLUCRO N.º 1:

4.2.1. UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA EMPRESARIAL

- 4.2.1.1. As Propostas Financeiras, serão apresentadas em conformidade com o **Anexo VI** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, contendo:

- a) Identificação do proponente (nome, endereço completo, e-mail, telefone, CPF/CNPJ);
- b) Identificação da unidade parcelar agrícola empresarial pretendida;
- c) Preço ofertado por hectare: irrigável, não irrigável e total, em algarismo e por extenso, sem rasuras ou repetições, em conformidade com o modelo constante do **Anexo VI** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
 - c1) Na hipótese de discordância entre a expressão numérica e o valor por extenso oferecido, prevalecerá este último;
 - c2) Os preços ofertados por hectare irrigável e não irrigável não poderão ser inferiores aos preços mínimos por hectare estabelecidos no **subitem 2.2**, bem como o preço total ofertado não poderá ser inferior ao valor total (proposta mínima) constante no **Anexo II** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
- d) Indicação da forma de pagamento para aquisição da (s) unidade (s) parcelar (es) agrícola empresarial, observado os **subitens 8.1.1 e 8.1.2** (Condições de Pagamento, Anexo I do Termo de Referência), sob pena de desclassificação da proposta.

- 4.2.1.2. Os proponentes poderão apresentar proposta financeira para aquisição de uma ou mais unidades parcelares agrícolas empresariais, desde que haja compatibilidade com a sua capacidade econômico-financeira, a ser avaliada em conformidade com o **subitem 12.2.1.3**, do Termo de Referência, podendo a Comissão Técnica de Julgamento realizar as diligências necessárias visando aos esclarecimentos complementares.
- 4.2.1.3. Os proponentes que concorrerem à aquisição de mais de uma unidade parcelar agrícola empresarial, apresentarão suas Propostas Financeiras e o respectivo **Anexo VI** do Termo de Referência, para cada uma das unidades parcelares pretendidas de forma individual.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

4.2.2. UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA FAMILIAR

4.2.2.1. O proponente deverá apresentar uma única Proposta Financeira sem identificação da unidade parcelar agrícola familiar de acordo com o modelo constante do **Anexo VI** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, contendo:

a) Identificação do proponente (nome, endereço completo, telefone, CPF, e-mail (se possuir);

b) Preço ofertado por hectare: irrigável, não irrigável e total, em algarismo e por extenso, sem rasuras ou repetições, em conformidade com o modelo constante do **Anexo VI** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;

b1) Na hipótese de discordância entre a expressão numérica e o valor por extenso oferecido, prevalecerá este último;

b2) Os preços ofertados por hectare irrigável e não irrigável não poderão ser inferiores aos preços mínimos por hectare estabelecidos no **subitem 4.3**, bem como o preço total ofertado não poderá ser inferior ao valor total (proposta mínima) constante no **Anexo II** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

4.3. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – INVÓLUCRO N.º 2:

a) A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do proponente comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente;

b) Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal sejam POSITIVAS, deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou seja, juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens;

c) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

d) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no Edital de Licitação, no que couber.

4.3.1. UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA EMPRESARIAL

4.3.1.1. Quando se tratar de **PESSOA FÍSICA**:

a) Endereço de domicílio com a apresentação de comprovante de residência (conta de água, energia elétrica, telefone ou outros) e endereço eletrônico (e-mail);

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- b) Documento de identificação civil (carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional, ou outro documento público que permita a identificação do proponente);
- c) Quando menor de idade, cópia da sentença ou certidão comprobatória de emancipação;
- d) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF), com comprovante da situação cadastral regular;
- e) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do preço mínimo da (s) unidade (s) pretendida (s), a título de adiantamento, calculada no **Anexo II** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
- f) Prova de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- g) Declaração de Visita ao Imóvel, conforme **anexo V** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, a ser emitida pelo próprio proponente ou seu representante legal;
- h) Declaração, emitida pelo próprio proponente, **de não ser irrigante impedido de licitar**, conforme modelo constante do **Anexo IX** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
- i) Plano de Exploração da (s) Unidade (s) parcelar (es) pretendida (s), conforme modelo do **Anexo IV** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
 - i1) O Plano de Exploração da Unidade Parcelar deverá ser composto de Planilha de Despesas, baseadas em orçamentos de implantação de culturas, exploração pecuária e de investimentos de obras originados de Bancos Públicos Oficiais, Embrapa, ou outras fontes desde que devidamente citadas;
 - i2) O Plano de Exploração da Unidade Parcelar deverá contemplar as culturas e os investimentos a serem implementados (sistema de irrigação, cercas, galpões etc.) e origens dos recursos (próprios ou de terceiros).

QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA

- j) Declaração de Bens, atualizada, limitada a bens móveis e imóveis devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade em nome da pessoa física ou mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal, do último exercício, a critério do licitante, com valores que permitam a avaliação de sua capacidade econômico-financeira, conforme **subitem 12.2.1.2**, na forma do modelo constante no **Anexo X** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
 - j1) Quando os comprovantes dos bens informados discriminar valores que não se encontrem atualizados, a Declaração de Bens deverá ser acompanhada com Laudos de Evolução Patrimoniais ou Laudos de Avaliações emitidos por Profissionais habilitados e de acordo com os preços atuais de mercado. (Exemplo – avaliação de imóvel rural realizada por agrônomos, imóveis urbanos por Corretores Imobiliários ou engenheiro civil de avaliações; etc.);
- k) Certidão negativa de execuções patrimoniais, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados no **Anexo X** do

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, observado os prazos de validade referidos no Edital;

l) Comprovante de adimplência junto à CODEVASF e à organização de agricultores que administra o Projeto Público de Irrigação (PPI), quando se tratar de ocupantes de unidades parcelares agrícolas empresariais integrantes de Projetos Públicos de Irrigação implantados pela CODEVASF.

4.3.1.2. Quando se tratar de **PESSOA JURÍDICA**:

- a) Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do preço mínimo do imóvel, a título de adiantamento, calculada no **Anexo II** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
- b) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com comprovante da situação cadastral regular;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no Art. nº 72 do Regulamento de Licitações da Codevasf, de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a Codevasf, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do **Anexo XI**, do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, sendo que a Codevasf procederá verificação junto ao sítio www.portaldatransparencia.gov.br no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual;
- h) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente na forma da lei, com validade em vigor;
- i) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social (CND), com validade em vigor;
- j) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- k) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- l) Declaração de Visita ao Projeto Público de Irrigação Salitre, conforme **anexo V**, integrante deste instrumento, a ser emitida pelo próprio proponente ou representante legal;
- m) Declaração, emitida pelo próprio proponente, de não ser irrigante impedido, conforme modelo constante do Anexo IX **do Termo de Referência**, integrante deste instrumento;
- n) Plano de Exploração da (s) Unidade (es) Parcelar (es) pretendida (s), conforme modelo do **Anexo IV** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital;
- n1) O Plano de Exploração da Unidade Parcelar deverá ser composto de Planilha de Despesas, baseadas em orçamentos de implantação de culturas, exploração pecuária e de investimentos de obras originados de Bancos Públicos Oficiais, Embrapa, ou outras fontes desde que devidamente citadas;
- n2) O Plano de Exploração da Unidade Parcelar deverá contemplar as culturas e os investimentos a serem implementados (sistema de irrigação, cercas, galpões etc.) e origens dos recursos (próprios ou de terceiros).
- o) Certidão Negativa de Falência, ou Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz competente, ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.

QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA

- p) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovam a boa situação financeira da empresa, conforme critérios definidos abaixo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta:

- p1) Critérios para comprovação da situação financeira:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

LC - Liquidez Corrente

p2) As empresas que apresentarem resultado igual ou maior que 1 (um) em todos os índices referidos acima, serão habilitadas.

q) Declaração de Bens, atualizada, limitada a bens móveis e imóveis devidamente comprovados por meio de registro imobiliário, registro de propriedade em nome da pessoa jurídica, ou dos sócios que integram o seu capital social, ou mediante apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal referente ao último exercício, a critério do licitante, com valores que permitam a avaliação de sua capacidade econômico-financeira, conforme subitem **12.2.1.2**, na forma do modelo constante no **Anexo X** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

q1) Tendo sido apresentada a Declaração de Bens em nome da Pessoa Jurídica, na eventualidade dos sócios que integram o seu Capital Social, também apresentarem a Declaração de Bens nos termos do edital, somente será considerada para efeitos de avaliação, os bens declarados em nome da Pessoa Jurídica;

q2) Quando os comprovantes dos bens informados discriminar valores que não se encontrem atualizados, a Declaração de Bens deverá ser acompanhada com Laudos de Evolução Patrimoniais ou Laudos de Avaliações emitidos por Profissionais habilitados e de acordo com os preços atuais de mercado. (Exemplo – avaliação de imóvel rural realizada por agrônomos, imóveis urbanos por Corretores Imobiliários ou engenheiro civil de avaliações; etc.).

r) Certidão negativa de execuções patrimoniais, expedida pelo Cartório da Comarca de seu domicílio e dos municípios onde estão localizados os bens declarados no **Anexo X**, do Termo de Referência, observado os prazos de validade referidos no Edital.

s) Comprovante de adimplência junto à CODEVASF e à organização de agricultores que administra o Projeto Público de Irrigação (PPI), quando se tratar de ocupantes de unidades parcelares agrícolas empresariais integrantes de PPI's implantados pela CODEVASF.

4.3.2. **UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA FAMILIAR**

4.3.2.1. O proponente pessoa física deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Documento de identificação civil (carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional, ou outro documento público que permita a identificação do proponente);

b) Quando menor de idade, cópia da sentença ou certidão comprobatória de emancipação;

c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) com comprovante da situação cadastral regular;

d) Endereço de domicílio com a apresentação de comprovante de residência (conta de água, energia elétrica, telefone ou outros) e endereço eletrônico (e-mail), se possuir;

e) Prova de Regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- f) Declaração demonstrando nada consta no SERASA;
- g) Comprovante de experiência em agricultura irrigada ou de sequeiro ou gerenciamento agrícola, por meio de cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou privada, Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras.
- h) Declaração de não ser irrigante impedido, emitida pelo próprio proponente ou seu representante legal, conforme modelo constante do **ANEXO IX – Modelo de Declaração de Não Ser Irrigante Impedido – Termo de Referência - Anexo I do Edital**;
- i) Declaração de visita ao Projeto Público de Irrigação Maniçoba, emitida pelo próprio proponente ou seu representante legal, conforme modelo constante do **ANEXO V – Modelo de Declaração de Visita – Termo de Referência, Anexo I do Edital**;
- j) Plano de Exploração da Unidade Parcelar, conforme modelo constante do **ANEXO IV – Modelo de Plano de Exploração da Unidade Parcelar – Termo de Referência, Anexo I do Edital**;
- j1) O Plano de Exploração da Unidade Parcelar deverá ser composto de Planilha de Despesas, baseadas em orçamentos de implantação de culturas, exploração pecuária e de investimentos de obras originados de Bancos Públicos Oficiais, Embrapa, ou outras fontes desde que devidamente citadas.
- j2) O Plano de Exploração da Unidade Parcelar Agrícola Familiar deverá considerar uma **área média de 7 (sete) hectares irrigáveis** e contemplar as culturas e os investimentos a serem implementados (sistema de irrigação, cercas, galpões etc.) e origens dos recursos (próprios ou de terceiros).
- l) Comprovantes atualizados de renda dos (as) proponentes tais como: 3 (três) últimos holerites (contracheques), ou carteira de trabalho registrada e atualizada, ou DECORE, ou Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física do exercício anterior acompanhado do recibo de entrega à Receita Federal, a critério dos (as) proponentes, que comprove renda mensal familiar igual ou superior a 2 (dois) salários mínimos vigentes.
- l1) A DECORE (Declaração de Comprovação de Rendimentos) será aceita como comprovante para integrar a Declaração de Renda, desde que emitida por um profissional de contabilidade que apresente situação regular diante do CRC (Conselho Regional de Contabilidade) e com o código de validação.
- m) Declaração de não ser proprietário de imóveis rurais com área igual ou superior ao módulo rural definido pelo INCRA para a região onde se encontram as propriedades e não ser detentor de unidade parcelar agrícola familiar em Projeto Público de Irrigação, conforme **Anexo XIII do Termo de Referência, anexo I** deste Edital.
- n) Qualificação Técnica:**
- n1) Declaração de visita ao local do imóvel, conforme **Anexo V do Termo de Referência**, integrante deste instrumento, a ser emitida pelo próprio proponente ou representante legal.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- n2) Declaração, emitida pelo próprio proponente, de não ser irrigante impedido, conforme modelo constante do **Anexo IX, do Termo de Referência**, Anexo a este Edital.
- n3) Certidão Negativa de Falência, ou Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz competente, ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.

5. ABERTURA DOS INVÓLUCROS

- 5.1. Os invólucros de que trata o **subitem 4.1** deste Edital serão recebidos em sessão pública no local, dia e hora indicados em seu **item 1**, observados o disposto nos **subitens 4.2 – “Proposta Financeira” e 4.3 – “Documentação de Habilitação”** deste Edital.
- 5.2. Os trabalhos de recebimento dos invólucros, contendo a **“Proposta Financeira”** e a **“Documentação de Habilitação”**, a realização da licitação e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pela Comissão Técnica de Julgamento designada para este fim, com assessoria da Secretaria Regional de Licitações – 6ª SL e Assessoria Jurídica Regional – 6ª AJ.
- 5.3. A Comissão Técnica de Julgamento procederá à abertura dos invólucros n.º 01 - **“Proposta Financeira”** e rubricará todos os documentos nele contidos, sempre conjuntamente com até 03 (três) proponentes presentes à sessão pública, e que serão identificados na Ata respectiva, passando em seguida à fase de julgamento das referidas propostas, conforme previsto no **item 6 abaixo**.
- 5.4. Os fechos dos Invólucros n.º 2 – **“Documentação de Habilitação”** dos proponentes participantes serão rubricados pela Comissão Técnica de Julgamento, bem como por até 03 (três) proponentes presentes à sessão, e permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Secretaria Regional de Licitações – 6ª SL até a data a ser marcada para a abertura da Documentação de Habilitação da pessoa física ou jurídica 1ª colocada, conforme o caso, obedecendo assim a ordem de classificação das propostas financeiras até que se defina a habilitação do licitante de melhor proposta.
- 5.5. Os proponentes classificados com a melhor **“Proposta Financeira”** de acordo com o **subitem 6.1.1.**, terão sua **“Documentação de Habilitação” – Invólucro nº 2**, aberta em dia, hora e local que serão, previamente, comunicados pela CODEVASF.
- 5.6. Serão classificados em ordem decrescente todos os proponentes à aquisição de unidades parcelares agrícolas familiares que apresentarem “Propostas Financeiras” válidas, porém somente os 3 (três) melhores classificados, número este igual a quantidade de unidades parcelares disponíveis na presente licitação, terão sua “Documentação de Habilitação” aberta, conforme **subitem 5.4**, acima.
- 5.7. Da sessão pública a que se refere o **subitem 5.1**, bem como daquela que for eventualmente convocada para abertura das **“Documentação de Habilitação”** dos proponentes classificados com a melhor **“Proposta Financeira”** serão lavradas Atas em que se consignarão eventuais reclamações, impugnações ou ressalvas dos proponentes.

6. ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA E DOCUMENTAÇÃO

- 6.1. **“PROPOSTA FINANCEIRA” – INVÓLUCRO N.º 1:**
 - 6.1.1. **UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA EMPRESARIAL**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- 6.1.1.1 Para efeito de comparação de preços, quando do julgamento das propostas financeiras (**Anexo VI do Termo de Referência**), será considerada a pontuação obtida através da ponderação inversamente proporcional ao prazo, multiplicada pelo valor de cada parcela, considerando a seguinte Tabela de Pesos:

| Pagamento | Peso | Vencimento |
|-----------|------|---|
| Ano 1 | 1,20 | No ato da assinatura do instrumento contratual |
| Ano 2 | 1,10 | 12 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 3 | 1,00 | 24 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 4 | 0,90 | 36 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 5 | 0,80 | 48 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 6 | 0,70 | 60 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 7 | 0,60 | 72 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 8 | 0,50 | 84 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 9 | 0,40 | 96 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 10 | 0,30 | 108 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 11 | 0,20 | 120 meses após a assinatura do instrumento contratual |
| Ano 12 | 0,10 | 132 meses após a assinatura do instrumento contratual |

Observação: A opção de pagamento à vista, do preço total ofertado corresponde ao ano 1.

- 6.1.1.2. Os anos referentes a carência não serão pontuados.
- 6.1.1.3. A classificação final será estabelecida por unidade parcelar agrícola empresarial em ordem decrescente da **pontuação final**.
- 6.1.1.4. Em caso de empate na classificação final, terá preferência o proponente que oferecer menor prazo para pagamento.
- 6.1.1.4.1. Permanecendo o empate, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.1.1.5. Na hipótese de restarem unidades parcelares agrícolas empresariais sem propostas financeiras, o segundo colocado com maior pontuação entre todas as propostas financeiras apresentadas, terá a opção de escolher uma das unidades parcelares agrícolas empresariais disponíveis e assim sucessivamente até não sobrar nenhuma unidade parcelar.
- 6.1.1.5.1. Verificada a hipótese do **subitem 6.1.1.5** acima, o licitante procederá, se necessário, com a adequação de valores em função das novas áreas, permanecendo inalteradas as condições de pagamento e preços por hectare apresentados na proposta financeira original, bem como o valor caucionado.
- 6.1.1.6. O preço total de pagamento da unidade parcelar agrícola empresarial será obtido pela fórmula descrita abaixo, observada as áreas constantes do **ANEXO II** do Termo de Referência, **anexo I** deste Edital:

$$PT = (POI \times AI) + (PONI \times ANI)$$

Onde:

PT = Preço total da unidade parcelar

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

POI = Preço ofertado por hectare irrigável

PONI = Preço ofertado por hectare não irrigável

AI = Área irrigável da unidade parcelar escolhida

ANI = Área não irrigável da unidade parcelar escolhida

6.1.2. UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA FAMILIAR

- 6.1.2.1. A proposta financeira será analisada e julgada pela Comissão Técnica de Julgamento, levando-se em consideração os preços ofertados **por hectare irrigável e por hectare não irrigável** apresentados.
- 6.1.2.2. A classificação dos proponentes será obtida pelo maior preço ofertado por hectare total considerando a **soma dos preços ofertados** por hectare irrigável e por hectare não irrigável, obedecendo a ordem decrescente de classificação.
- 6.1.2.3. Aos proponentes vencedores será dado o direito de escolher **01 (uma) única unidade parcelar agrícola familiar**, obedecendo a ordem da classificação final obtida, sendo que o proponente melhor classificado fará a primeira escolha e assim sucessivamente até não restar nenhuma unidade parcelar.
- 6.1.2.4. Em caso de empate no preço ofertado por hectare total, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.1.2.5. O preço total de pagamento da unidade parcelar será obtido pela fórmula descrita abaixo, observando as áreas constantes do **ANEXO II** do Termo de Referência, **anexo I** deste Edital:

$$PT = (POI \times AI) + (PONI \times ANI)$$

Onde:

PT = Preço total da unidade parcelar escolhida

POI = Preço ofertado por hectare irrigável

PONI = Preço ofertado por hectare não irrigável

AI = Área irrigável da unidade parcelar escolhida

ANI = Área não irrigável da unidade parcelar escolhida

- 6.1.2.6. Será considerado vencedor o proponente que oferecer a maior oferta em moeda nacional corrente, cuja classificação final será estabelecida em ordem decrescente dos valores ofertados.

6.2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – INVÓLUCRO N.º 2:

- 6.2.1. A Comissão de Técnica de Julgamento, juntamente com a Secretaria Regional de Licitações – 6ª SL, procederão a análise da **“Documentação de Habilitação”** contida no

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

Invólucro n.º 2, julgando-a em conformidade com as exigências prescritas nos **subitens 4.3.1 e 4.3.2** deste Edital.

- 6.2.1.1. Caso o proponente primeiro colocado tenha sua documentação inabilitada, este será automaticamente desclassificado e o próximo proponente da lista de classificação terá a “Documentação de Habilitação” aberta.
- 6.2.1.2. Toda a documentação e propostas constituirão peças do processo administrativo de que trata este Edital de Licitação.
- 6.2.1.3. É facultada à Comissão Técnica de Julgamento ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.
- 6.2.1.4. Qualquer tentativa de um proponente em influenciar a Comissão Técnica de Julgamento ou a CODEVASF quanto ao processo em exame, avaliação e comparação das propostas e na tomada de decisão para a adjudicação do objeto desta licitação, resultará na rejeição de sua proposta.
- 6.2.1.5. Tendo sido proclamadas a habilitação dos proponentes no julgamento da “**Documentação de Habilitação**” observada a ordem de classificação das “**Propostas Financeiras**”, será aberto o prazo recursal nos termos do **item 7** deste Edital.
- 6.2.1.6. A Comissão Técnica de Julgamento encaminhará o relatório de julgamento das “**Propostas Financeiras**” e “**Documentação de Habilitação**”, com a classificação das mesmas e com a indicação do proponente vencedor ao Diretor-Presidente da CODEVASF, com vistas à aprovação e publicação do resultado final do julgamento.
- 6.2.1.7. A divulgação do resultado final será efetuada mediante afixação no quadro de avisos existente na sede da 6ª SR da CODEVASF, no endereço mencionado no **item 1**, bem como será comunicado diretamente às proponentes através do e-mail e disponibilizado no sítio www.codevasf.gov.br, além de publicado no Diário Oficial da União – DOU.

6.2.2. UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA EMPRESARIAL

- 6.2.2.1. A Comissão Técnica de Julgamento, juntamente com a Secretaria Regional de Licitações – 6ªSL, procederão a análise da “Documentação de Habilitação” contida no invólucro n.º 2, julgando-a em conformidade com as exigências prescritas nos **subitens 10.3.1.1 ou 10.3.1.2**, do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, conforme o caso.
- 6.2.2.2. A avaliação da capacidade econômico-financeira será efetuada com base na “Declaração de Bens” (**Anexo X** do Termo de Referência anexo a este Edital) atualizada, na qual o proponente deverá comprovar patrimônio igual ou superior ao valor total ofertado para a unidade parcelar agrícola empresarial pretendida, constante na Proposta Financeira – **Anexo VI** do Termo de Referência, **anexo I** deste Edital.
- 6.2.2.3. Os licitantes que desejarem adquirir mais de uma unidade parcelar agrícola empresarial deverão comprovar patrimônio igual ou superior à soma dos valores totais ofertados para as unidades parcelares pretendidas.
- 6.2.2.4. Caso o proponente primeiro colocado por unidade parcelar agrícola empresarial tenha sua documentação inabilitada, este será automaticamente desclassificado e o próximo proponente da lista de classificação terá a “Documentação de Habilitação” aberta.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

6.2.3. UNIDADE PARCELAR AGRÍCOLA FAMILIAR

- 6.2.3.1. A Comissão Técnica de Julgamento juntamente com a Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL procederão a análise da “Documentação de Habilitação” contida no invólucro n.º 2 dos **3 (três) proponentes** melhores classificados na “Proposta Financeira”, julgando-a em conformidade com as exigências prescritas no **subitem 10.3.2.1** do Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 6.2.3.2. Caso um ou mais destes 3 (três) proponentes tenham sua documentação inabilitada, estes serão automaticamente desclassificados e os próximos proponentes da lista de classificação terão a “Documentação de Habilitação” aberta, assim sucessivamente até completar o número de unidades parcelares disponíveis.

6.3. DESCLASSIFICAÇÃO

- 6.3.1. Além dos itens descritos no **item 13** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, os proponentes não poderão, em nenhuma hipótese, seja durante ou após o processo da alienação pública de que trata este Edital de Licitação, modificar a opção de pagamento, o que implicará na desclassificação de sua proposta.
- 6.3.2. **Será ainda motivo de desclassificação:**
- a) A apresentação de valor inferior ao preço mínimo por hectare irrigável e não irrigável, estabelecido no **subitem 4.3**, do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital, preço total ofertado abaixo do valor total (proposta mínima), ou recolher a título de adiantamento, valor inferior ao estipulado no **Anexo II** do mesmo Termo de Referência;
 - b) A apresentação de mais de uma proposta financeira ou oferta de mais de um valor para a mesma unidade parcelar agrícola empresarial;
 - c) O preenchimento da proposta financeira de forma incorreta ou ilegível quanto ao preço ofertado e/ou as condições de pagamento, bem como deixar de apor a assinatura na mesma;
 - d) Deixar de anexar o mandato contendo poderes específicos ao seu procurador para participar da licitação;
 - e) A constatação pela Comissão Técnica de Julgamento, em qualquer fase da licitação, da situação de incompatibilidade prevista nos **subitens 10.3.2.1 alínea “I”, 12.2.1.2 e 12.2.1.3.** do Termo de Referência, **anexo I** deste Edital;
 - f) Deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação citados neste instrumento;
 - g) Apresentar prazos e condições de pagamento em desacordo com o **item 8 do Termo de Referência, Anexo I** deste Edital;
 - h) O credenciamento de uma mesma pessoa como representante legal de 02 (dois) ou mais proponentes;
 - i) Constatada a situação prevista no **subitem 6.2.** do Termo de Referência, **Anexo I** integrante deste Edital, a qualquer tempo;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- j) Cujo cheque para pagamento do adiantamento não for efetivamente compensado até a data de realização da sessão pública para recebimento da “Proposta Financeira” e “Documentação de Habilitação”, ou for devolvido por qualquer motivo;
- k) O não comparecimento no dia, local e hora definidos pela CODEVASF para início dos procedimentos de lavratura da respectiva escritura pública de compra e venda ou do contrato de promessa de compra e venda;
- l) Deixar de cumprir o prazo estabelecido no **item 8 do** Termo de Referência, **anexo I** deste Edital;
- m) A falta de pagamento dos valores a serem pagos no ato da assinatura do instrumento contratual.

6.3.3. A Comissão Técnica de Julgamento encaminhará o relatório de julgamento das “Propostas Financeiras” “Documentação de Habilitação” com a classificação das mesmas e com a indicação do proponente vencedor, após a fase recursal única, conforme **item 7** deste Edital, ao Diretor Presidente da CODEVASF, com vistas à aprovação e publicação do resultado final do certame.

6.3.4. A divulgação do resultado final será efetuada mediante afixação no quadro de avisos existente na sede da 6ª SR/ CODEVASF, bem como será disponibilizado no sítio www.codevasf.gov.br, além de publicado no Diário Oficial da União – DOU.

7. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1. **Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.** Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar-se dentro do prazo recursal, após a fase de habilitação da licitante melhor classificada no julgamento da proposta financeira, sob pena de preclusão.
- 7.2. A licitante poderá apresentar recurso, com base nas manifestações de intenção de recursos registrada em Atas nas sessões, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da divulgação via Comunicação Externa - CE ou e-mail da abertura do prazo recursal.
- 7.3. O recurso deverá ser apresentado no protocolo da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no horário de 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.
- 7.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, **no prazo de 05(cinco) dias úteis**, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso a **decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.**
- 7.5. Interposto, o recurso será comunicado às demais proponentes, **que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.**
- 7.6. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no **subitem 7.2 acima.**
- 7.7. Recursos encaminhados via e-mail só terão eficácia se o original for entregue na sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, necessariamente, **até 05 (cinco) dias da data do término do prazo recursal.**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- 7.8. Inexistindo recurso (s) contra a decisão referente a fase de habilitação ou sendo este(s) denegado(s), a Comissão Técnica de Julgamento providenciará a devolução dos invólucros n.º 02 às respectivas proponentes inabilitadas.
- 7.9. No caso das proponentes inabilitadas se recusarem a receber os invólucros das Propostas, estes ficarão à disposição para retirada, mediante recibo, na Secretaria Regional de Licitações – 6ª SL, **durante o período de 60 (sessenta) dias**. Findo este prazo a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.

8. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 8.1. Após a publicação do resultado da licitação, **no Diário Oficial da União (DOU) e no Site da Codevasf**, observadas às condições relativas aos recursos administrativos de que trata o **item 7 deste Edital**, o processo administrativo será encaminhado ao Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, que o submeterá à autoridade competente, com vistas à homologação final e a adjudicação das unidades parcelares.
- 8.2. Aprovado o relatório da Comissão Técnica de Julgamento pela Autoridade competente, nos termos do **item 16 do Termo de Referência, Anexo I** deste instrumento de licitação, o processo administrativo será encaminhado pelo Diretor da Área responsável pelo processo licitatório, para à autoridade competente, com vistas à homologação.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. A CODEVASF procederá a venda das unidades parcelares agrícolas empresariais conforme estabelecido no **item 8** do Termo de Referência, **anexo I** deste Edital.

10. ADIANTAMENTO

- 10.1. O valor referente ao adiantamento será aceito e posteriormente restituído, conforme os casos previstos no **item 9** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11. OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS UNIDADES PARCELARES

- 11.1. A Ocupação e Exploração das Unidades Parcelares, estão especificadas no **item 17** do Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 12.1. Compete a CODEVASF fiscalizar e acompanhar a exploração econômica nos termos do **Item 18 do Termo de Referência, Anexo I** deste instrumento licitatório.

13. CONDIÇÕES GERAIS

- 13.1. A Codevasf poderá, a qualquer momento, suspender ou cancelar este Edital de Licitação desistir da venda proposta, sem que tenham os proponentes, em nenhum momento, direito a qualquer ressarcimento judicial ou extrajudicial, em função das propostas apresentadas, com exceção da restituição do valor depositado.
- 13.2. A Codevasf poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

- 13.3. A Codevasf poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 13.4. O presente Edital e seus Anexos são de propriedade da Codevasf, e não poderão ser adulterados, devendo ser utilizados única e exclusivamente para fins de elaboração das propostas, assegurados os direitos autorais. A utilização dos referidos documentos por terceiros só se realizará no caso em que venha a ser expressamente autorizado pela Codevasf.
- 13.5. O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Juazeiro-BA, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juazeiro-BA, 19 de agosto de 2022.

MILED CUSSA FILHO
Superintendente Regional
CODEVASF – 6ª SR

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA**

ANEXO II

**TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA
CODEVASF**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
6ª Superintendência Regional – Juazeiro/BA

ANEXO II

Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congêneres.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:

ANEXO III

**CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**